

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## **Psicopatologia da precarização do trabalho: novos padrões de desgaste à saúde mental?**

Renata Paparelli

O desgaste mental<sup>1</sup> imposto aos(às) trabalhadores(as) tem alcançado um grande contingente de pessoas, configurando um problema complexo e multifacetado. A precarização do trabalho, inserida no contexto do esgotamento da forma de acumulação de capital fordista e da constituição da acumulação flexível, vem se intensificando com as recentes perdas de direitos sofridas pela classe trabalhadora tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, tornando o trabalho mais penoso, em diversos aspectos. Esse processo de precarização coloca em cena novos fatores de desgaste à saúde mental, tanto daqueles(as) que continuam com empregos formais quanto dos(as) que irão assumir os novos postos de trabalho intermitentes, uberizados, precarizados. Esse cenário traz novos desafios para os(as) pesquisadores(as) que se debruçam sobre questões do mundo do trabalho, especialmente no campo teórico-prático da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT). Nesses novos-velhos contextos, quais são os fatores de desgaste à saúde mental que se constituem? Que elementos esse cenário traz como psicopatologia da precarização do trabalho?

Nossas atividades buscam colaborar com o desvelamento dessas questões. Para respondê-las, temos desenvolvido pesquisas qualitativas com trabalhadores(as) de

---

<sup>1</sup> Entendemos por “desgaste mental” a definição cunhada por Seligmann-Silva (2011), que entende o desgaste como “perda e deformação” “transformações negativas de um estado anterior mais satisfatório”, expropriação subjetiva relacionada à organização do trabalho que assujeita as pessoas em função da exploração de sua força de trabalho.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

diversas categorias profissionais, a partir de nossa inserção como docente e supervisora de estágios do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP, São Paulo) e como coordenadora da Clínica do Trabalho, serviço pertencente à clínica psicológica dessa mesma universidade. Dentre as categorias profissionais estudadas, destacam-se: servidores(as) públicos(as) municipais da cidade de São Paulo; educadores(as) de escolas públicas de ensino fundamental e médio; educadores(as) de Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAS); e bancários(as).

No caso dos(as) servidores(as) públicos(as) municipais, temos realizado assessoria técnica aos(as) profissionais do núcleo de Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo (Sindsep), entrando em contato, desse modo, com as mazelas vividas por funcionários(as) públicos(as) que desenvolvem inúmeras atividades. Essa assessoria se dá a partir dos estágios obrigatórios desenvolvidos por estudantes do quarto ano do curso de Psicologia. Já apoiamos o desenvolvimento de diversos projetos, dentre os quais se destacam: constituição de um programa de enfrentamento ao assédio moral ou violência psicossocial no trabalho; realização de pesquisa interventiva com trabalhadores(as) do setor de endemias da prefeitura de São Paulo (Paparelli, Ribeiro e Grando, 2019).; participação em atividades em grupo com assistentes sociais e com enfermeiros(as) e auxiliares de enfermagem de hospitais públicos da cidade de São Paulo.

A investigação sobre os fatores de desgaste à saúde de educadores(as) de escolas públicas de ensino fundamental e médio ocorre no serviço Clínica do Trabalho, desenvolvido na clínica psicológica da PUCSP. A Clínica do Trabalho, inaugurada em meados de 2011, tem se constituído como um espaço que realiza atendimentos individuais e em grupo com pessoas que vivem intenso sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, tanto aquelas que estão na ativa quanto aquelas que estão afastadas do trabalho, aposentadas, em situação de desemprego etc. A partir de convênio com a prefeitura de

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

São Paulo, desenvolvemos atividades em grupo com educadores(as) que estão afastados do trabalho ou impedidos de realizar suas atividades laborativas originais por motivo de saúde. Nesse grupo psicoterapêutico, procuramos fortalecer os pacientes para o enfrentamento das questões difíceis vivenciadas no trabalho, a partir da troca de experiências entre os(as) participantes e da compreensão do nexos entre o sofrimento psicológico vivenciado e a penosidade do trabalho educacional, forjados no interior das práticas ligadas às políticas públicas de ensino implementadas desde os anos 1990 no país. O conteúdo dos encontros em grupo é registrado, com consentimento dos(as) participantes e o material é posteriormente analisado, tendo em vista responder as questões propostas pelo estudo.

Investigamos o trabalho dos(as) educadores(as) de Serviço de Acolhimento Institucional Para Crianças e Adolescentes (SAICA) a partir de uma pesquisa-intervenção realizada por estudantes sob nossa supervisão em duas unidades de acolhimento distintas. A intervenção visa a conhecer os problemas vividos no trabalho e constituir, em grupo, formas potentes de enfrentá-los, alterando o processo de trabalho de modo a fortalecer sua dimensão promotora de saúde mental. Nos encontros em grupo, procuramos responder as seguintes perguntas: qual é o seu trabalho? Quais são os problemas que você identifica? Como faz para realizar suas atividades apesar dos problemas? O que podemos apontar como mudanças necessárias e que possam ser implementadas a curto e médio prazos? O conteúdo discutido nos encontros é registrado e posteriormente analisado, sempre a partir do consentimento dos(as) membros do grupo.

Por fim, realizamos uma atividade de acolhimento de bancários(as) adoecidos psicologicamente pelo trabalho a partir de encontros em grupo que acontecem no Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região (Paparelli, 2011).

O objetivo do presente capítulo é o de apresentar alguns dados preliminares e reflexões desencadeadas por essas pesquisas e experiências.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## ***O trabalho na contemporaneidade – as marcas da precarização***

Conforme afirma Druck (2011), “o capitalismo do século XIX não é o mesmo do século XX, e muito menos do século XXI” (p.41). Pode-se dizer que estamos vivendo um novo momento de acumulação do capital desde os anos 1990, a acumulação flexível (Harvey, 1995, Druck, 2011), que veio enfrentar os problemas relacionados ao esgotamento da acumulação taylorista-fordista. Essa forma contemporânea de organização social e do trabalho está ancorada em, nos dizeres de Druck (2011),

(...) uma mundialização inédita do capital, apoiada num projeto político e econômico de cunho neoliberal e que se concretizou essencialmente através de uma reestruturação intensa e longa da produção e do trabalho (p. 41).

Bernardo (2006, 2009) revela que, apesar das afirmações de que a empresa toyotista (forma de gestão flexível bastante presente a partir dos anos 1990) superou os problemas do modelo taylorista-fordista – devolvendo o controle do trabalho ao trabalhador a partir de sua inserção em “equipes de trabalho”, de seu desempenho estar associado a “participação”, “autonomia” e “competência” –, não é isso o que se verifica quando os próprios trabalhadores se põem a falar sobre seu trabalho. Na vivência dos trabalhadores que ela entrevistou, aparecem com maior frequência o sofrimento e a dor, intimamente relacionados ao excesso de responsabilidades e humilhação cotidiana, imposição de ritmo de trabalho, responsáveis pelo sofrimento e adoecimento dos trabalhadores.

Aos problemas vividos pelos (as) trabalhadores(as) relacionados à gestão flexível do trabalho, que intensifica o ritmo e exerce um verdadeiro “sequestro subjetivo” dos(as) trabalhadores(as) (Alves, 2016)), temos somada a precarização do trabalho, um processo social que “modifica as condições do assalariamento (estável) anteriormente hegemônico no período da chamada sociedade salarial ou fordista” (Druck, 2011, p.43). A perda do emprego ou a perda de uma inserção estável no mundo do trabalho, bem como a regulamentação de formas precárias de vínculo empregatício caracterizam esse momento

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

histórico no que tange ao trabalho, configurando um cenário em que a precarização social serve como estratégia de dominação. Nas palavras de Druck (2011):

Afirmar que a precarização social do trabalho está no centro da dinâmica do capitalismo flexível significa também entendê-la como uma estratégia de dominação. Isto é, força e consentimento são os recursos que o capital se utiliza para viabilizar esse grau de acumulação sem limites materiais e morais. A força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo. (p.43)

Druck (2011), mencionando pesquisa que realizou em parceria com Franco (Franco e Druck, 2009), aponta algumas características da *precarização do trabalho* identificadas no caso brasileiro. São elas:

- *A vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais*. Para ilustrar esse aspecto, a autora apresenta dados da PNAD 2009, que apontam que:

Ao se agruparem os 16,6 milhões de desempregados e sem remuneração com os 43,5 milhões sem carteira assinada, teremos 60,1 milhões de pessoas em condições precárias no que se refere aos direitos básicos do trabalho assalariado, segundo a regulamentação das leis brasileiras, o que representa 59% das pessoas economicamente ativas (p.47).

Soma-se a essa desigualdade das formas de inserção no mercado de trabalho aquelas referentes à situação de maior vulnerabilidade vivida por mulheres, negros e jovens, grupos cujas taxas de desemprego superam as referentes aos homens brancos adultos.

- *Intensificação do trabalho e terceirização*. Trata-se de mencionar aqui as transformações calcadas nas novas formas de organização e gestão do trabalho, que geram condições extremamente precárias, intensificação do trabalho (metas abusivas, jornada de trabalho prolongada, exigências de polivalência e formação continuada, dentre outros), formas de gestão pelo medo, pelo assédio organizacional (Heloani, 2003; Barreto, 2003),

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

discriminação de trabalhadores terceirizados etc. O Brasil vive, a partir dos anos 1990, uma verdadeira “epidemia da terceirização” (Druck, 2011). Diversos estudos realizados nos anos 2000 apontam as múltiplas formas de precarização do trabalho terceirizado em atividades tais como bancários, *callcenters*, empresas estatais ou privatizadas de energia elétrica e serviços públicos de saúde, precarização que se explicita nos tipos de contrato, na remuneração, nas condições de saúde e de trabalho.

- *Perda das identidades individual e coletiva*. Refere-se aqui à condição de desempregado e à ameaça continuada da perda do emprego, que geram isolamento e perda da perspectiva de uma identidade coletiva, impedimento do enraizamento e da construção de vínculos significativos entre trabalhadores. Isso tudo agravado pela forte competição que se estabelece entre as pessoas, que minam a solidariedade de classe.

- *Adoecimento relacionado ao trabalho*. Conforme os processos de trabalho vão se transformando de uma lógica taylorista-fordista para uma gestão flexível, vem sendo incrementados os transtornos mentais relacionados ao trabalho. De um lado, no interior do trabalho regulamentado na forma emprego, temos a intensificação dos ritmos de trabalho, a excelência como ideologia da perfeição humana, exigências impossíveis recaindo sobre quem trabalha, tais como as metas abusivas há muito denunciadas no setor bancário. De outro, o aumento do número de desempregados exerce pressão continuada sobre os postos de trabalho, diminuindo as possibilidades de exigências, por parte dos trabalhadores, de melhorias ou manutenção de condições adequadas para o exercício laborativo. A esse quadro geral, alguns autores têm denominado de “Psicopatologia da precarização” (Franco, Druck e Seligmann-Silva, 2010).

De fato, a precarização do trabalho é um processo multidimensional, que modifica as condições de vida em geral, tal como afirmam Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010):

Nas empresas, se expressa em formas de organização pautadas no *just in time*, na gestão pelo medo, nas práticas participativas forçadas, na imposição

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

sutil de autoaceleração, na multifuncionalidade, dentre outros métodos voltados ao controle maximizado. São processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. São afetadas as demais dimensões da vida social, laços familiares e intergeracionais. A desestabilização e a vulnerabilidade sociais conduzem à desvalorização simbólica, com a corrosão do sistema de valores, da autoimagem e das representações da inserção de cada um na estrutura social. (p.231)

Desse modo, podemos afirmar que as linhas que separavam incluídos e excluídos do mercado de trabalho têm se diluído. Conforme Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010):

Através da terceirização e da desregulamentação social, produziu-se a desestabilização do mundo do trabalho que atingiu, inicialmente, os trabalhadores industriais e depois todos os assalariados, afetando, hoje, todos os que vivem do trabalho. Este processo histórico levou à redução do emprego “fordista” (ou seja, do trabalho com um corolário de direitos e proteção social, característico da Era de Ouro ou *welfare state*), com uma crescente fragilização dos trabalhadores estáveis e uma persistente produção de instáveis (Harvey, 1995), configurando a *vulnerabilidade de massa* (Castel, 1998). (p.231, grifos das autoras)

O trabalho instável vem se expandindo e assumindo diversas formas desde os anos 1980, abrangendo velhas e novas modalidades:

(...) o trabalho a domicílio – seja a forma tradicional, com a subcontratação de trabalhadores autônomos, em geral sem contrato formal, prática recorrente nos setores tradicionais da indústria, seja a forma de teletrabalho no domicílio, a exemplo de microempresas de informática com funcionários trabalhando em suas casas, ou indústria de aparelhos eletrônicos, ou áreas de venda e assistência técnica de várias empresas (Lavinias et al., 1998); as redes de empresas fornecedoras de componentes e peças (típica da indústria automobilística); a subcontratação de serviços de apoio e periféricos; a subcontratação de empresas ou trabalhadores autônomos em áreas produtivas e nucleares (manutenção); a quarteirização, empresas contratadas com as terceiras, caracterizando a cascata da subcontratação. (Franco, Druck e Seligmann-Silva, 2010, p. 233)

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Temos também o crescimento da terceirização no setor público, na forma de cooperativas e externalização de serviços públicos, bem como o surgimento de “empresas-filhotes” ou “PJs”.

Enfim, o cenário desenhado por Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) no início da década de 2010 obedece a uma lógica mundial que vem sendo imposta a trabalhadores de diversos países (mesmo os mais ricos...). Mas a posição subordinada da América Latina deixa seus trabalhadores ainda mais vulneráveis a essa precarização, que tem avançado a passos largos nos últimos meses, especialmente se considerarmos as realidades brasileira e argentina, países que estão sendo submetidos a reformas trabalhistas extremamente deletérias para os trabalhadores. No Brasil, temos a lei número 13.467/17, que afronta os direitos laborais e regulamenta formas de trabalho tais como o “trabalho temporário” e o “trabalho intermitente”, intensificando o processo de precarização do trabalho (Souto Maior e Severo, 2017).

## **Resultados preliminares**

Como resultados parciais de nossas pesquisas, temos que o processo de reestruturação produtiva que assola os direitos dos(as) trabalhadores(as) em nosso país produz efeitos nefastos para a saúde mental das pessoas que trabalham, efeitos que guardam semelhanças e também diferenças entre trabalhadores(as) do serviço público ou de empresas privadas. Em ambos os grupos de trabalhadores(as) identificamos principalmente quadros de esgotamento profissional (burnout), bem como de depressão e da síndrome do estresse pós-traumático (segundo critérios diagnósticos explicitados em Brasil, 2001). Esses agravos estão especialmente relacionados às exigências impostas pelo enxugamento dos postos e à decorrente intensificação do trabalho realizado nos distintos setores; à violência psicossocial que viceja em contextos de intensa



# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

competitividade associados à precarização dos contratos e das condições de trabalho; às políticas de gestão de recursos humanos das instituições, pautadas em uma lógica gerencial produtivista e em políticas públicas de cunho neoliberal; às “missões impossíveis” que são impostas aos(as) trabalhadores(as), decorrentes da diversificação e intensificação do trabalho e da imposição de metas abusivas de produtividade, que aumentam conforme são alcançadas; à manipulação do senso de responsabilidade e engajamento das pessoas, que querem ser reconhecidas como trabalhadoras dignas, esforçadas, além de identificarem, muitas vezes, seu trabalho como uma “missão”, especialmente nas atividades educacionais; ao conflito entre os valores éticos pessoais e as exigências laborais (fenômeno que tem sido designado como “sofrimento ético”, segundo Rolo, 2011). No caso dos(as) servidores(as) públicos(as), temos ainda a presença de sintomas persecutórios, que ainda estão sendo melhor investigados em nossas pesquisas.

## Referências bibliográficas

Alves, G. (2016) *Trabalho e Subjetividade*, São Paulo: Boitempo.

Barreto, M. (2003) *Violência, Saúde e Trabalho. Uma jornada de Humilhações..* 2º. ed. São Paulo: EDUC - Editora da PUC, v. 1. 235p .

Bernardo, M.H. (2006) *Discurso Flexível, trabalho duro: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência dos trabalhadores*, São Paulo. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_ (2009) *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular.

Brasil (2001). Ministério da Saúde . *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 580p.

Castel, R. (1998) *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes

Druck, G., & Franco, T.. (2011). Trabalho e precarização social. *Caderno CRH*, 24(spe1), 09-13. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400001>

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 23 – 2019

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Druck, G. (2011) Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v.24, n. spe 01, p.37-57, 2011

Franco, T., Druck, G., Seligmann-Silva, E. (2010) As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado, *Ver. Bras. Saúde Ocup.* São Paulo, 35 (122): 229-248.

Harvey, D. (1992) *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

Heloani, R (2003) *Gestão e organização no capitalismo globalizado*. São Paulo: Atlas.

Paparelli, R. (2011). Grupos de enfrentamento do desgaste mental no trabalho bancário: discutindo saúde mental do trabalhador no sindicato. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 36, p. 139-146.

Paparelli, R., Ribeiro E.S. & Grando, C. (2019) Impactos da precarização do trabalho na saúde mental dos trabalhadores públicos: o caso da secretaria do verde e do meio ambiente *Revista Estudos do Trabalho*, no prelo

Rolo, D. (2011) Novas perspectivas sobre sofrimento ético no trabalho: o caso da mentira como prescrição in Sznelwar, L.I. (org.) (2011) *Saúde dos bancários*. São Paulo: Publisher Brasil: Editora Gráfica Atitude Ltda, 360 p.

Seligmann-Silva, E. (2011) *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*, São Paulo: Cortez.

Souto Maior, J.L, Severo, V.S. (2017) O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista: ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista. *Revista Síntese: Trabalhista e Previdenciária*, São Paulo, v. 29, n. 339, p. 65-103, set.